

CONFISSÃO GÁLICA OU “DE LA ROCHELLE”

(1559)

I. DEUS E A SUA REVELAÇÃO

1. Deus

Nós cremos e confessamos que há um só Deus, o qual é constituído de uma única e simples essência espiritual, eterno, invisível, imutável, infinito, incompreensível, inefável, o qual pode todas as coisas, que é sábio, bom, justo e plenamente misericordioso.

Dt 4.35,39; I Co 8.4,6; Gn 1.3; Ex 3.14; Jo 4.24; 2 Co 3.17; Rm 1.20; 1 Tm 1.17; Mt 3.6; Nm 23.19; Rm 11.33; At 7.48; 17.23; Jr 10.7,10; Lc 1.37; Rm 16.27; Mt 19.17; Jr 12.1; Sl 119.137; Ex 34.6,7.

2. A Revelação

Foi Deus quem se fez conhecer aos homens. Primeiramente, pelas suas obras, tanto pela Criação como pela conservação e maneira como Ele a conduz. Também, e mais claramente ainda, pela Palavra, a qual foi primeiramente revelada verbalmente e em seguida escrita nos livros que nós chamamos Santa Escritura.

Rm 1.19,20; Rm 15.4; Jo 5.39; He 1.1; Gn 15.1; 3.15; 18.1; Ex 24.3,4; Rm 1.2.

3. A Santa Escritura

Toda a Escritura está contida nos livros canônicos do Antigo e Novo Testamentos, os quais são detalhados como segue.

O Antigo Testamento:

Os cinco livros de Moisés, a saber: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio. Josué, Juízes, Rute, o primeiro e o segundo livro de Samuel, o primeiro e o segundo livro dos Reis, o primeiro e o segundo livro das Crônicas, ou seja, Paralipômenos, os livros de Esdras, Neemias e Ester. Jó, Salmos, Provérbios de Salomão, Eclesiastes ou o Pregador, Cântico dos Cânticos. Os livros de Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

O Novo Testamento:

O santo Evangelho segundo São Mateus, segundo São Marcos, segundo São Lucas e segundo São João. O segundo livro de São Lucas, chamado de Atos dos Apóstolos. As epístolas de São Paulo: uma aos Romanos, duas aos Coríntios, uma aos Gálatas, uma aos Efésios, uma aos Filipenses, uma aos Colossenses, duas aos Tessalonicenses, duas à Timóteo, uma à Tito, uma à Filemon. A epístola aos Hebreus, a epístola de São Tiago, a primeira e segunda epístolas de

São Pedro, a primeira, segunda e terceira epístolas de São João, a epístola de São Judas, e o Apocalipse.

4. A Escritura, regra da fé

Nós reconhecemos que estes livros são canônicos e regra infalível de nossa fé, não tanto por comum acordo e consentimento da Igreja, mas pelo testemunho e a persuasão do Espírito Santo, que nos faz distingui-los dos outros livros eclesiásticos, sobre os quais, ainda que sejam úteis, neles não se pode fundamentar nenhum artigo de fé.

Sl 12.7; Sl 19.8,9.

5. A autoridade da Escritura

Nós cremos que a Palavra contida nesses livros tem sua origem em Deus, e que a autoridade que ela possui vem unicamente de Deus e não dos homens. Esta Palavra é a regra de toda a verdade e contém tudo que é necessário para o serviço de Deus e para nossa salvação; portanto, não é permitido aos homens, nem mesmo aos anjos, acrescentar, diminuir ou alterá-la.

Concluimos que nem a antiguidade, nem os costumes, nem a maioria, nem sabedoria humana, nem julgamentos, nem prisões, nem as leis, nem decretos, nem os concílios, nem visões, nem milagres podem se opor a esta Escritura santa, mas ao contrário, todas as coisas devem ser examinadas, regulamentadas e reformadas por ela.

2 Tm 3.16,17; 1 Pe 1.11,12; 1 Pe 1.20,21; Jo 3.26-31; Jo 5.33,34; 1 Tm 1.15; Jo 15.15; Jo 20.31; At. 20.27; Dt 4.2; 12.32; Gl 1.8; Pv 30.6; Ap 22.18,19; Mt 15.9; At 5.28,29; 1 Co 11.2,23.

Os nossos Credos

Neste espírito, reconhecemos os três Símbolos, a saber:

O Credo dos Apóstolos.

O Credo de Nicéia.

O Credo de Atanásio.

Porque eles estão de acordo com a Palavra de Deus.

6. A Trindade

Esta Escritura Santa ensina-nos que na única e simples essência divina que confessamos, há três Pessoas, O Pai, o Filho e o Santo Espírito:

O Pai é a primeira causa, princípio e origem de todas as coisas.

O Filho, a sua Palavra e sabedoria eterna.

O Espírito Santo, a sua virtude, poder e eficácia.

O Filho é eternamente gerado do Pai; o Santo Espírito procede eternamente do Pai e do Filho.

As três Pessoas da Trindade não se confundem, mas são distintas; no entanto, elas não estão separadas, porque possuem uma essência, eternidade e poder idênticos e são iguais em glória e majestade. Nós aceitamos, portanto, neste ponto, as conclusões dos Concílios antigos e rejeitamos todas as seitas e heresias que foram rejeitadas pelos santos doutores, como santo Hilário, santo Atanásio e são Cirilo.

Dt 4.12; 10.17; Mt 28.19; 1 Jo 5.7; Mt 28.19; Jo 1.1; Jo 17.5; At 17.25; Rm 1.7; 1 Jo 5.7.

7. A Criação

Nós cremos que Deus, em três Pessoas que cooperam entre si, pelo seu poder, sabedoria e incompreensível bondade, criou todas as coisas, não somente o céu, a terra e tudo que nela existe, mas também os espíritos invisíveis.

Os anjos e os demônios

Destes, uns caíram em perdição, os outros perseveraram na obediência. Cremos que os primeiros, estando corrompidos na perversidade, são inimigos de todo o bem e, por conseguinte, de toda a Igreja; os outros, tendo sido preservados pela graça de Deus, são ministros encarregados de glorificar seu Nome e de servir na salvação dos seus eleitos.

Gn 1.1; 3.1; Jo 1.3; Cl 1.16; He 1.2; 2 Pe 2.4; Jd 6; Sl 103.20,21; Jo 8.44; He 1.7-14; Sl 34.8; 91.11.

8. A providência de Deus

Nós cremos não somente que Deus criou todas as coisas, mas que ele as governa e as conduz, dispondo tudo o que acontece no mundo e dirigindo tudo segundo sua vontade. Certamente nós não cremos que Deus seja o autor do mal ou que alguma culpa lhe possa ser atribuída, porque, ao contrário, sua vontade é a regra soberana e infalível de toda a retidão e verdadeira justiça. Mas Deus dispõe de meios admiráveis para se servir dos demônios e dos ímpios, de tal sorte que ele converte em bem o mal que eles fazem e pelos quais são culpados.

Assim, confessando que nada pode ser feito sem a providência de Deus, nós adoramos com humildade aquilo que nos está encoberto, sem questionarmos aquilo que ultrapassa o nosso conhecimento. Pelo contrário, aplicamos à nossa vida pessoal o que a Escritura nos ensina, para estarmos descansados e em segurança; porque Deus, a quem todas as coisas foram submetidas, vela por nós com um cuidado tão paternal que não cairá nenhum cabelo de nossa cabeça que não seja de sua vontade. E, entretanto, mantém os demônios e todos os nossos inimigos em prisão, de sorte que eles não nos podem fazer o menor mal, sem a sua permissão.

Sl 104; 119.89-96; 147; Pv 16.4; Mt 10.29; At 2.23; 4.28; 17.24,26,28; Rm 9.11; Ef 1.11; Sl 5.5; Os 13.9; 1 Jo 2.16; 3.8; Jó 1.22; At 2.23,24; 4.27,28; Rm 9.19,20; 11.33; Mt 10.30; Lc 21.18; Gn 3.15; Jó 1.12; 2.6; Mt 8.31; Jo 19.11.

II. O HOMEM E O SEU PECADO

9. Pureza original e miserabilidade do homem

Nós cremos que o homem foi criado puro, sem a menor mancha e conforme à imagem de Deus; por sua própria culpa caiu da graça que havia recebido. Assim, ele alienou-se de Deus, que é a fonte de toda a justiça e de todo o bem, a tal ponto que a sua natureza, desde então, ficou inteiramente corrompida.

Impossibilidade de uma religião natural

Nós cremos que o homem, estando cego no seu espírito e depravado no seu coração, perdeu totalmente a sua integridade, sem que dela reste nenhum vestígio. Ainda que ele tenha algum discernimento do bem e do mal, entretanto, a luz que nele subsiste tornou-se em trevas no que diz respeito à sua procura por Deus, de sorte que ninguém pode aproximar-se de Deus através da sua razão ou inteligência.

A necessidade da graça

Todo o homem tem vontade, pela qual ele é incitado a fazer isso ou aquilo; nós cremos, entretanto, que ela é totalmente prisioneira do pecado, de maneira que não há liberdade para fazer o bem, exceto aquela que Deus lhe dá.

Gn 1.26; Ec 7.29; Ef 4.24; Gn 3.17; Rm 5.12; Ef 2.2,3; Gn 6.5; 8.21; Rm 1.20,21; 2.1-20; Rm 1.21; 1 Co 2.14; Rm 6.16,17; 8.6,7; Jr 10.23; Jo 1.12; 3.6; 8.36; 15.5; Rm 7.18; 1 Co 4.7; 2 Co 3.5; Fl 2.13.

10. A hereditariedade do pecado

Nós cremos que toda a descendência de Adão está infectada pelo contágio do pecado original, o qual é um mal hereditário e não somente uma imitação, como ensinam os pelagianos, os quais têm seus erros por nós reprovados.

Nós estimamos que não seja necessário procurar saber como é que o pecado é transmitido de um homem à sua descendência, porque nos basta saber que o que Deus deu a Adão, não era apenas para ele, mas para ele e toda a sua posteridade, e assim, na pessoa mesma de Adão, nós fomos destituídos de todo o bem, e fomos precipitados numa indignância extrema e na maldição.

Gn 6.5; 8.21; Jó 14.4; Sl 51.7; Mt 15.19; Rm 5.12-18.

11. A condenação do pecado

Nós cremos igualmente que este mal do pecado original, é pecado no senso próprio da palavra, o qual é suficiente para condenar todo o gênero humano, até as crianças desde o ventre materno, e como tal ele é reputado diante de Deus.

Nós cremos, de facto, que após o Batismo o pecado original é sempre pecado enquanto culpa, apesar da condenação dos filhos de Deus ser abolida e não mais lhes seja imputada a culpa, pela sua bondade graciosa.

A permanência do pecado

Nós cremos, também, que o pecado original é uma perversão que sempre produz frutos de malícia e rebelião, mesmo nos mais santos; ainda que eles lhe resistam, não deixam de ser manchados de enfermidades e faltas enquanto eles habitam neste mundo.

Sl 51.7; Rm 3.9-12,23; 5.12; Ef 2.3; Rm 7; 2 Co 12.7.

III. JESUS CRISTO

12. A nossa eleição em Jesus Cristo

Nós cremos que desta corrupção e condenação geral, na qual todos os homens estão mergulhados, Deus tira os que, em seu conselho eterno e imutável, Ele elegeu pela sua bondade e misericórdia em nosso Senhor Jesus Cristo, sem considerar suas obras, deixando os outros naquela mesma corrupção e condenação, para demonstrar neles a Sua Justiça, tal como aos primeiros ele fez resplandecer as riquezas de sua misericórdia.

Porque uns não são melhores que os outros, até quando Deus os separa segundo o Seu conselho imutável, que Ele determinou em Jesus Cristo antes da fundação do mundo, e também ninguém poderia, por sua própria virtude, introduzir tal bem, visto que por natureza nós não podemos fazer nenhuma boa ação, nem afeição, nem pensamento, até que Deus nos preceda e nos torne dispostos.

Jr 1.5; Rm 8.28-30 e todo o cap. 9; Ef 1.4,5; Rm 3.28; 2 Tm 1.9; Tt 3.5; Ex 9.16; Rm 9.22; 2 Tm 2.20; Ef 1.7; Rm 3.22,23; 9.23; Ef 1.4; 2 Tm 1.9; Jr 10.23; Rm 9.16; Ef 1.4,5; 2 Tm 1.9; Fl 2.13; Tt 3.3.

13. A nossa salvação está em Cristo

Nós cremos que em Jesus Cristo, tudo o que era necessário para nossa salvação nos foi ofertado e comunicado.

Nós cremos que Jesus Cristo, que nos foi dado para que sejamos salvos, foi feito para nós sabedoria, justiça, santificação e redenção, de sorte que ao nos separarmos dele, renunciamos à misericórdia do Pai que é o nosso único refúgio.

1 Co 1.30; Ef 1.7; Cl 1.13,14; 1 Tm 1.15; Tt 2.14; Jo 3-18; 1 Jo 2.23.

14. A divindade e humanidade de Jesus Cristo

Nós cremos que Jesus Cristo, sendo a Sabedoria de Deus e o seu eterno Filho, revestiu-se de nossa carne a fim de ser Deus e homem numa mesma pessoa e, na verdade, um homem como nós, capaz de sofrer no seu corpo e na sua alma, não diferente de nós senão no facto de ter sido isento de qualquer mácula.

Quanto à sua humanidade, cremos que Cristo foi autenticamente da descendência de Abraão e de Davi, conquanto Ele tenha sido concebido pela virtude secreta do Espírito Santo. Assim, nós rejeitamos todas as heresias que, nos tempos antigos, conturbaram as Igrejas., tal como as imaginações diabólicas de Serveto que atribui ao Senhor Jesus uma divindade fantástica,

ainda que diga ser Cristo a origem e Senhor de todas as coisas, o nomeia Filho pessoal ou figurativo de Deus e finalmente lhe forja um corpo de três elementos não criados e dessa maneira mistura e destrua as duas naturezas de Cristo.

Jo 1.14; Fl 2.6,7; He 2.17; 2 Co 5.21; At 13.23; Rm 1.3; 8.3; 9.5; He 2.14,15; 4.15; Lc 1.28, 31, 35; 2.11; Mt 1.18;

15. As duas naturezas de Cristo

Nós cremos que numa mesma pessoa, a saber, Jesus Cristo, as duas naturezas estão verdadeira e inseparavelmente unidas, cada uma delas conservando, entretanto, as suas características específicas, se bem que, nesta união das duas naturezas, a natureza divina, conservando sua qualidade própria, permanece não criada, infinita e preenchendo todas as coisas, da mesma maneira a natureza humana permaneceu finita, tendo a sua forma, seus limites e suas características próprias. Além disso, ainda que Jesus Cristo ao ressuscitar tenha dado a imortalidade ao seu corpo, nós cremos, entretanto, que não lhe foi subtraída a realidade própria de sua natureza humana.

Nós consideramos, portanto, Cristo na sua divindade, de tal sorte que não diminuimos nada da sua humanidade.

Mt 1.20,21; Lc 1.31,32,35,42,43; Jo 1.14; Rm 9.5; 1 Tm 2.5; 3.16; He 5.8; Lc 24.38,39; Rm 1.4; Fl 2.6-11; 3.21.

IV. A OBRA DA SALVAÇÃO

16. A morte de Cristo

Nós cremos que Deus, ao enviar seu Filho ao mundo, quis mostrar o seu amor e a sua inestimável bondade para conosco ao conduzi-lo à morte e ao ressuscitá-lo, para cumprir toda justiça e para nos adquirir a vida celeste.

Jo 3.16; 15.13; 1 Jo 4.9; Rm 4.25; 1 Tm 1.14,15.

17. A nossa reconciliação

Nós cremos que, pelo sacrifício único que o Senhor Jesus ofereceu sobre a cruz, somos reconciliados com Deus, a fim de sermos tomados por justos diante dEle e considerados como tais. Nós não podemos, com efeito, ser-lhe agradáveis e participar de sua adoção, a menos que Ele nos perdoe os erros e os enterre. Assim, nós protestamos que Jesus Cristo é a nossa integral e perfeita purificação, que na sua morte temos uma total satisfação para repudiar os nossos crimes e iniquidades, de que somos culpados e não podemos ser libertados excepto por esse meio.

2 Co 5.19; Ef 5.2; He 5.7-9; 9.14; 10.10,12,14; 1 Tm 1.15; 1 Pe 2.24-25; Ef 5.26; Tt 3.5; He 9.14; 1 Pe 1.18,19; 1 Jo 1.7; Rm 3.26.

18. O nosso perdão gratuito

Nós cremos que toda nossa justiça está fundamentada na remissão de nossos pecados e que a nossa única alegria se encontra nesse perdão, como disse Davi. Por causa disso, nós rejeitamos todos os outros meios pelos quais poderíamos pensar em nos justificar diante de Deus e, sem nos atribuir nenhuma virtude ou mérito, nós possuímos unicamente a obediência de Jesus Cristo, a qual nos foi atribuída para cobrir todos os nossos pecados, como também para nos fazer achar graça e favor diante de Deus.

Nossa paz

De facto, nós cremos que ao nos afastarmos por pouco que seja desse fundamento – a obediência de Jesus Cristo – não poderemos achar nenhum descanso em qualquer outro lugar, mas que seríamos sempre atormentados pela insegurança porque, considerados em nós mesmos, somos dignos de ser odiados por Deus, e que não estaremos jamais em paz com Ele até que sejamos firmemente convencidos de que somos amados em Jesus Cristo.

Sl 32.1,2; Rm 4.7,8; Rm 3.19; Rm 5.19; 1 Tm 2.5; 1 Jo 2.1,2; Rm 1.16; At 4.12.

19. A oração

Nós cremos que é por esse meio que temos a liberdade e o privilégio de invocar a Deus, com plena confiança, e que Ele se mostrará como nosso Pai. Porque nós não teríamos o menor acesso ao Pai, se não fôssemos introduzidos diante dEle por este Mediador. Para sermos atendidos em seu Nome, convém receber nossa vida de Jesus Cristo, como nosso Chefe.

Rm 5.1; 8.15; Gl 4.6; Ef 3.12; Jo 15.16; Rm 5.2; Ef 2.13-15; 1 Tm 2.5; He 4.14.

20. A justificação pela fé

Nós cremos que Deus nos faz participar desta justiça (art.18) pela fé somente, porque ele disse que Jesus Cristo sofreu para obter nossa salvação, para que todo aquele que nEle crê não pereça.

Nós cremos que participamos da justiça de Jesus Cristo, porque as promessas de vida que nos são dadas nEle, estão adaptadas à nossa vida e sentimos o seu efeito quando as aceitamos; porque estamos convencidos – a própria boca de Deus nos dando formal certeza – que nós não seremos frustrados no que elas prometem.

Assim, a justiça que obtemos pela fé depende das promessas graciosas pelas quais Deus nos declara e atesta que nos ama.

Jo 3.16; Rm 3.24,25,27,28,30; 1.16,17; 4.3; 9.30-32; 11.6; Gl 2.16,21; 3.9,10,18,24; 5.4; Fl 3.9; 2 Tm 1.9; Tt 3.5,6; He 11.7; At 10.43; Jo 17.23-26.

21. O dom da fé

Nós cremos que recebemos a luz da fé pela graça secreta do Espírito Santo, de tal maneira que ela é um dom gratuito e pessoal que Deus dispensa àqueles a quem Ele quer. Os fiéis não têm, portanto, de que se vangloriar; o facto de ter sido preferido aos outros os obrigando muito mais.

Nós cremos também que a fé não é dada aos eleitos somente de maneira temporária, para os introduzir no bom caminho, mas para lhes fazer nele perseverar até o fim de suas vidas. Porque o início desta obra de graça incumbe a Deus, é também dEle a prerrogativa de a terminar.

Ef 1.17,18; 1 Ts 1.5; 2 Pe 1.3,4; Rm 9.16,18,24,25; 1 Co 4.7; Ef 2.8; 1 Co 1.8,9; Fl 1.6; 2.13.

22. A nossa regeneração

Sendo servos do pecado devido à nossa natureza corrompida, nós cremos que é por meio desta fé que somos regenerados, a fim de vivermos em novidade de vida. Com efeito, é quando nos apropriamos da promessa que nos foi feita no Evangelho, de que Deus nos dará o seu Espírito, que recebemos pela fé a graça de vivermos de maneira santa e no temor de Deus

As boas obras

Assim, não só a fé não esfria o nosso desejo de viver bem e de maneira santa, mas ao contrário, o engendra, excita e produz necessariamente as boas obras.

Por fim, bem que Deus, para completar nossa salvação, nos regenere e torne capazes de fazer o bem, nós confessamos, entretanto, que as boas obras que fazemos sob a direção do seu Espírito não são levadas em conta para nos justificar ou para merecer que Deus que nos tenha como seus filhos, porque seríamos sempre abalados pela dúvida e inquietação se nossas consciências não se apoiassem na satisfação que Jesus Cristo efetuou por nós.

Tt 3.5; 1 Pe 1.3; Rm 6.17-20; Cl 2.13; 3.10; Gl 5.6,22; 1 Jo 2.3,4; 2 Pe 1.5-8; Dt 30.6; Jo 3.5; Lc 17.10; Sl 6.2; Rm 3.19,20; 4.3-5; Rm 5.1,2.

23. O uso da Lei e dos Profetas

Nós cremos que na vinda de Jesus Cristo todas as figuras e representações da Lei terminaram. Entretanto, ainda que as cerimônias do Antigo Testamento não estejam mais em uso, nós cremos que encontramos na pessoa de Cristo – em quem todas as coisas foram cumpridas – a substância e a realidade do que elas representavam e significavam.

Mais ainda, cremos que é preciso a ajuda da Lei e dos Profetas tanto para dirigir a nossa vida como para sermos confirmados nas promessas do Evangelho.

Rm 10.4; Gl 3 e 4; Cl 2.17; Jo 1.17; Gl 4.3,9; 2 Pe 1.19; Lc 1.70; 2 Tm 3.16; 2 Pe 3.2.

24. Rejeição de falsas doutrinas

Porque Jesus Cristo nos foi dado como único Advogado e nos deu ordem de nos dirigirmos diretamente a seu Pai em seu Nome, e posto que nos é permitido orar apenas conforme a maneira que Deus nos prescreveu na sua Palavra:

Nós cremos que tudo o que os homens têm inventado quanto à intercessão dos santos, não passa de abuso e artimanha de Satanás para os desviar da forma correta de orar. Nós rejeitamos também, todos os outros meios que os homens presumem possuir para se fazerem

perdoar por Deus, porque tais meios desqualificam o sacrifício da morte e da paixão de Jesus Cristo.

Enfim, nós consideramos o purgatório como um erro proveniente desta mesma fonte, de onde também provêm os votos monásticos, as peregrinações, a proibição do casamento e de consumir certos alimentos, a observação cerimoniosa dos dias, a confissão auricular, as indulgências e todas as coisas semelhantes através das quais se pensa merecer a graça e a salvação.

Todas essas coisas, nós rejeitamos não somente por causa da idéia mentirosa de mérito nelas contidas, mas também porque elas são invenções humanas que impõem um jugo às nossas consciências.

1 Jo 2.1,2; 1 Tm 2.5; At 4.12; Jo 16.23,24; Mt 6.9 sgts.; Lc 11.2 sgts.; At 10.25,26; 14.15; Ap 19.10; 22.8,9; Mt 15.11; 6.16-18; At 10.14,15; Rm 14.2; Gl 4.9,10; Cl 2.18-23; 1 Tm 4.2-5.

V. A IGREJA E SUA NATUREZA

25. O ministério da pregação e dos Sacramentos

Porque nós conhecemos Jesus Cristo e todas as suas graças somente pelo Evangelho, cremos que a ordem da Igreja, a qual foi estabelecida por Cristo, deve ser sagrada e inviolável, e que, por conseguinte, a Igreja não pode se manter sem que haja pastores encarregados de a ensinar.

Nós cremos que os pastores, quando são devidamente chamados e exercem fielmente o seu ofício, devem ser honrados e ouvidos com respeito, não que Deus dependa de ajuda ou meios inferiores, mas porque lhe agrada manter-nos num único corpo por meio deste ofício e desta disciplina.

Consequentemente, nós reprovamos os espíritos enganosos que gostariam, tanto quanto pudessem, de aniquilar o ministério de pregação da Palavra de Deus e dos Sacramentos.

Mt 10.27; Rm 1.16,17; 10.17; Mt 18.20; Ef 1.22,23; Mt 10.40; Jo 13.20; Lc 10.16; Rm 10.14,15; Ef 4.11,12.

26. A unidade da Igreja

Nós cremos, portanto, que ninguém deve separar-se e contentar-se consigo mesmo, mas que todos os fiéis, juntos, devem guardar e manter a unidade da Igreja, submetendo-se ao ensinamento comum e ao jugo de Jesus Cristo, seja aonde for que Deus tenha estabelecido uma ordem eclesiástica verdadeira, mesmo que o poder público e as leis se oponham.

Nós cremos que todos aqueles que não se submetem a esta ordem, ou se separam, contrariam a ordenança de Deus.

Sl 5.8; 22.23; 42.5; Ef 4.12; Hb 2.12; At 4.17,19,20; Hb 10.25.

27. A Igreja verdadeira

Nós cremos, porém, que convém discernir cuidadosamente e com clarividência qual é a Igreja verdadeira, porque se abusa demasiadamente deste título.

Segundo a Palavra de Deus nós dizemos, portanto, que a Igreja verdadeira é a comunidade dos fiéis que, de comum acordo, querem seguir esta Palavra e a pura religião que dela depende; que dela fazem proveito ao longo de toda sua vida, crescendo e fortificando-se sem cessar no temor de Deus, segundo o que lhes é necessário progredir e andar sempre mais adiante. Além disso, quaisquer que sejam os seus esforços, convém-lhes recorrer incessantemente ao perdão de seus pecados.

Todavia, não negamos que entre os fiéis não haja hipócritas e reprovados, cuja malignidade não pode, no entanto, privar a Igreja de seu legítimo nome.

Mt 3.8-10; 7.22,24; 1 Co 3.10,11; Mq 2.10-12; Ef 2.19,20; 4.11,12; 1 Tm 3.15; Dt31.12; Rm 3; Mt 13; 2 Tm 2.18-20.

28. As falsas Igrejas

Fundamentados sobre esta definição da Igreja verdadeira, nós afirmamos que onde a Palavra de Deus não é recebida e onde não há esforço para a ela se submeter e onde não é feito nenhum uso autêntico dos Sacramentos, não se pode considerar que haja alguma Igreja.

O Papado

Por isso nós condenamos as assembleias do Papado, porque foi aí banida a verdade pura de Deus, os Sacramentos corrompidos, alterados, falsificados ou totalmente aniquilados, e que toda a sorte de superstições e idolatrias nela estão presentes.

Nós estimamos, portanto, que todos aqueles que se reúnem e participam de tais atos se separam e amputam do Corpo de Jesus Cristo.

Porém, porque ainda resta um pequeno vestígio de Igreja no Papado, e que a realidade essencial do Batismo nela subsistiu – ligado ao facto que a eficácia do Batismo não depende daquele que o administra – nós confessamos que aqueles que foram nela batizados, não necessitam de um segundo batismo. Entretanto, por causa das corrupções que nela existem, não se pode, sem se contaminar, aí apresentar as crianças para o batismo.

Mt 10.14,15; Jo 10; 1 Co 3.10-13; Ef 2.19-21; 2 Co 6.14-16; 1 Co 6.15; Mt 3.11; 28.19; Mc 1.8; At 1.5; 11.15-17; 19.4-5; 1 Co 1.13.

VI. GOVERNO DA IGREJA

29. Os ministérios

Quanto à Igreja verdadeira, nós cremos que ela deve ser governada segundo a ordem estabelecida por nosso Senhor Jesus Cristo, a saber, que nela haja pastores, vigias (presbíteros) e diáconos, a fim de que a pureza da doutrina nela seja mantida, que os desvios sejam corrigidos e reprimidos, que os pobres e aflitos sejam socorridos nas suas necessidades, que as assembleias se reúnam em nome de Deus e que os adultos nela sejam edificados, como também as crianças.

At 6.3,4; Ef 4.11; 1 Tm 3.1-13; Tt 1.5-9; 1 Co 12.

30. A igualdade dos pastores

Nós cremos que todos os verdadeiros pastores, em qualquer lugar que seja, têm a mesma autoridade e igual poder sob um único Chefe, um único Soberano e único Bispo universal: Jesus Cristo.

A igualdade das Igrejas

Por esta razão, nós cremos que nenhuma Igreja pode pretender exercer qualquer domínio ou soberania sobre outra Igreja.

Mt 20.20-28; 1 Co 3.4-9; Ef 1.22; Cl 1.18,19.

31. As vocações

Nós cremos que ninguém pode pretender um cargo eclesiástico baseado na sua própria autoridade, mas que isto deve ser feito por eleição, tanto quanto for possível e que Deus o permite.

Nós acrescentamos esta restrição, em particular porque foi por vezes necessário – mesmo nos tempos em que a Igreja verdadeira havia deixado de existir – que Deus levantasse homens de uma maneira extraordinária para erguer novamente a Igreja que tenha caído em ruína e desolação.

A Vocação Interior

Mas, em qualquer situação, nós cremos que é sempre necessário que conformarmo-nos à regra segundo a qual todos os pastores, vigias (presbíteros) e diáconos, estão certos de terem sido chamados (por Deus) para o seu ofício.

Mt 28.19; Mc 16.15; Jo 15.16; At 1.21; 6.1-3; Rm 10.15; Tt 1.5; Gl 1.15; 2 Tm 3.7-10,15.

32. A comunhão entre as Igrejas

Nós cremos também que é bom e útil que aqueles que forem escolhidos para ser superintendentes, procurem juntos os meios que devem ser usados para dirigir e administrar todo o corpo da Igreja. Todavia, que eles não se desviem em nada do que nosso Senhor Jesus Cristo nos ordenou sobre este ponto.

Os costumes locais

Isto não impede que haja alguns regulamentos próprios de cada lugar, segundo a exigência do momento.

At 15.6,7,25,28; Rm 12.6-8, 1 Co 14.40; 1 Pe 5.1-3.

33. Leis e regulamentos eclesiásticos

Entretanto, nós rejeitamos todas as invenções humanas e todas as leis que se pretenda introduzir sob pretexto de servir a Deus e pelas quais se deseja submeter as consciências. Nós só aprovamos o que contribua a estabelecer a concórdia e seja apropriado em promovê-la e manter cada um – do primeiro ao último - na obediência.

A excomunhão

Nós devemos, portanto, seguir o que nosso Senhor declarou quanto à excomunhão, que nós aprovamos e confessamos ser necessário com todas as suas consequências.

Rm 16.17,18; 1 Co 3.11; Gl 5.1; Cl 2.8; Mt 18.17; 1 Co 5.45; 1 Tm 1.20.

VII. Os Sacramentos

34. Os Sacramentos em geral

Nós cremos que os Sacramentos foram acrescentados à Palavra para nos confirmar mais amplamente, a fim de nos servir de garantia e de prova da graça de Deus, de sorte que por causa de nossa fraqueza e ignorância, eles possam aliviar-nos e ajudar a nossa fé.

Cremos que os Sacramentos são sinais exteriores através dos quais Deus age pelo poder do Seu Espírito, a fim de que ali nada seja representado em vão. Nós estamos, entretanto, persuadidos de que toda a substância e realidade dos Sacramentos está em Jesus Cristo.

Ex 12; Mt 26.26,27; Rm 4.11; 1 Co 11.23,24; At 22.16; Gl 3.27; Ef 5.26.

35. O Batismo

Nós reconhecemos somente dois Sacramentos comuns a toda Igreja: o Batismo e a Santa Ceia.

O Batismo foi-nos dado como testemunho da nossa adoção, porque nós somos enxertados no corpo de Cristo, a fim de sermos lavados e limpos pelo seu sangue e depois renovados pelo seu Espírito para vivermos uma vida santa. Embora recebamos o Batismo uma única vez, nós afirmamos também que os benefícios que nele estão presentes, se estendem no decorrer de toda a nossa vida, e mesmo até a nossa morte, de sorte que temos uma prova permanente que Jesus Cristo será sempre nossa justiça e nossa santificação.

O Batismo de crianças

Ora, ainda que o Batismo seja um sacramento de fé e de arrependimento, porque Deus recebe na sua Igreja os filhos com os seus pais, nós dizemos a pesar de tudo que, pela autoridade de Jesus Cristo, os filhos gerados pelos fiéis devem ser batizados.

Rm 6.3,4; At 22.16; Tt 3.5; Ef 5.26; Rm 4; 6.22,23; Mt 3.11; Mc 1.4; 16.16; Lc 3.3; At 13.24; 19.4; Mt 19.14; 1 Co 7.14.

36. A Santa Ceia

Nós confessamos que a Santa Ceia nos traz o testemunho de nossa união com Jesus Cristo. De facto, Cristo não só morreu e ressuscitou por nós uma única vez, como verdadeiramente nos alimenta também da sua carne e sangue, a fim de que sejamos um com ele e que sua vida nos seja comunicada. Ora, ainda que ele esteja no céu até que venha para julgar o mundo, nós cremos, no entanto, que ele nos alimenta e vivifica – pela ação secreta e incompreensível de seu Espírito – da substância de seu corpo e de seu sangue. Nós afirmamos que isso se faz espiritualmente, não para substituição do efeito e da verdadeira realidade da Ceia por imaginação ou pensamento, mas que este mistério ultrapassa pela sua grandeza a nossa capacidade humana e toda a ordem da natureza; em resumo, porque é celeste, entendemos que Cristo só pode ser apreendido pela fé.

1 Co 10.16,17; 11.24; Jo 6.55-57; 17.21; Rm 8.32; Mc 16.19; At 1.2-11; 3.21; Jo 6.35.

37. A eficácia dos Sacramentos

Nós cremos – como já dissemos – que tanto na Ceia como no Batismo, Deus nos dá realmente e efetivamente o que neles é representado. Por causa disso, nós conjugamos com os símbolos a verdadeira posse e o gozo do que neles nos é apresentado. Assim, todos os que se aproximam da mesa sagrada de Cristo com uma fé pura, recebem verdadeiramente – como um vaso recebe a água que o enche – o que os símbolos testificam, ou seja, que o corpo e o sangue de Jesus Cristo não servem menos de comida e bebida à alma, que o pão e o vinho ao nosso corpo.

Mt 26.26; 1 Co 11.24,25.

38. A necessidade dos Sacramentos

Nós afirmamos que a água do Batismo, embora seja um elemento perecível, não deixa de nos testificar, com verdade, a purificação interior de nossa alma pelo sangue de Jesus Cristo, pela eficácia de seu Espírito: por outro lado, que o pão e o vinho, que nos são dados na Ceia, nos servem verdadeiramente de alimento espiritual, porque eles nos mostram de maneira clara que a carne de Jesus Cristo é nosso alimento e o seu sangue nossa bebida.

Nós reprovamos, portanto, os espíritos quiméricos e os sacramentários que não querem receber estes símbolos e testemunhos, visto que Jesus Cristo declara: "Isto é meu corpo, e este cálice é o meu sangue".

Rm 6.3,4; 1 Co 6.11; Ef 5.26; Jo 6.51; 1 Co 11.24; Mt 26.26; 1 Co 11.24,25.

VIII. OS PODERES PÚBLICOS

39. A necessidade dos governos

Nós cremos que Deus quer que o mundo seja dirigido por leis e governos, a fim de que haja alguns freios para reprimir os apetites desordenados do mundo. Nós cremos, portanto, que Deus instituiu os Reinos, as Repúblicas e todas as outras formas de Principados, hereditários ou não, e tudo o que pertença à esfera da justiça, e que Ele deseja ser reconhecido nelas como seu autor.

Os Magistrados

Com esse fim, Deus pôs a espada na mão dos magistrados para reprimir os pecados cometidos não somente contra a segunda Tábua dos Mandamentos de Deus, mas também contra a primeira.

O respeito devido às autoridades

É necessário, portanto, por causa de Deus, não somente que se apoie as autoridades quando elas exercem soberanamente seus cargos, mas também que sejam honradas e estimadas com profundo respeito, considerando-as como oficiais estabelecidos por Deus para exercer um cargo legítimo e santo.

Ex 18. 20,21; Mt 17.24-27; Rm 13.1-7; 1 Pe 2.13,14; 1 Tm 2.2.

40. A obediência devida às autoridades

Nós afirmamos, portanto, que é preciso obedecer às suas leis e regulamentos, pagar os impostos, tributos e outros encargos e consentir esta obediência de boa e franca vontade – mesmo que as autoridades possam ser infiéis - desde que a soberania absoluta de Deus permaneça intocada.

Assim, nós reprovamos aqueles que queiram rejeitar as autoridades superiores, estabelecer a comunidade e confusão dos bens e inverter a ordem da justiça.

Mt 17.24; At 4.17-19.